

ÉTICA NORMATIVA, METAÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA

# Semântica Expressivista\*

## *Expressivist Semantics*

**\*\* Wilson Mendonça**

---

**Resumo:** O programa semântico do expressivismo surgiu como uma tentativa de fundamentar a visão não-cognitvista do discurso ético, mas logo foi generalizado de forma a cobrir a linguagem normativa em geral. Ele promete desenvolver uma alternativa global à abordagem clássica da semântica das condições de verdade: uma teoria não-factualista, baseada na pragmática, do significado linguístico. Os expressivistas veem o conteúdo das sentenças normativas como determinado por seu uso primário, que é não-descritivo. As versões tradicionais da semântica expressivista procedem associando sistematicamente às sentenças normativas as atitudes mentais que elas convencionalmente expressam. Elas assumem que, se as sentenças simples expressam atitudes, a aplicação a essas sentenças dos conectivos da lógica proposicional ou da ligação de variáveis resulta em sentenças complexas que também expressam atitudes. O núcleo do presente trabalho avalia algumas tentativas influentes de desenvolvimento do programa expressivista, focando em um problema discutido com veemência na literatura: o “problema da negação para o expressivismo”. Algumas abordagens propostas nos últimos anos, baseadas na rejeição da assunção central do expressivismo tradicional, são consideradas em detalhes. Embora uma avaliação definitiva dessas abordagens inovadoras como explicações satisfatórias do funcionamento da linguagem normativa não possa ainda ser alcançada, o trabalho afirma que há razões para otimismo.

**Palavras-chave:** Não-cognitvismo. Linguagem normativa. Semântica.

---

\* Uma versão prévia do texto foi apresentada na Aula Inaugural no PPG-Filosofia da PUCRS em 12 de agosto de 2015. Eu agradeço aos filósofos e às filósofas da PUCRS pelas várias questões e observações pertinentes que foram incorporadas à versão definitiva do trabalho.

\*\* Professor Titular de Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. <[mendonca@ifcs.ufrj.br](mailto:mendonca@ifcs.ufrj.br)>.



**Abstract:** The semantic program of expressivism arose as an attempt to vindicate the noncognitivist view of ethical discourse, however it was soon generalized to cover normative language in general. It promises to develop a global alternative to the classical approach of truth-conditional semantics: a nonfactualist, pragmatics-based theory of linguistic meaning. Expressivists view the content of normative sentences as determined by their primary use, which is nondescriptive. Standard versions of expressivist semantics proceed by systematically assigning to normative sentences the mental attitudes they conventionally express. They assume that if simple sentences express attitudes, then applying to these sentences the compounding devices of the connectives of propositional logic or variable binding results in complex sentences which also express an attitude. The bulk of the paper assesses influential attempts to develop the expressivist program, thereby focusing on the vehemently debated “negation problem for expressivism.” Some very recently proposed approaches, which are based on the rejection of standard expressivists’ main assumption, are then considered in some detail. Although a definitive assessment of these novel approaches as satisfactory explanations of normative language cannot yet be reached, the paper claims that there is ground for optimism.

**Keywords:** Noncognitivism. Normative language. Semantics.

## 1 Não-cognitivismo em ética

As várias versões da teoria expressivista da linguagem normativa são desenvolvimentos atuais e sofisticados do programa não-cognitivistta formulado originalmente como resposta à visão realista não-naturalista da moralidade (cf. MOORE 1903). A ontologia básica do não-cognitivismo é a de um mundo constituído exaustivamente por eventos envolvendo objetos e propriedades casualmente relevantes, eventos que podem ser completamente descritos e explicados pelas ciências naturais concebidas de modo bastante abrangente. Os seres humanos que habitam esse mundo reagem afetivamente/conativamente aos eventos do ambiente natural. Nós somos seres que respondemos aos acontecimentos naturais com sentimentos de aprovação e desaprovação, que tomamos decisões, adotamos atitudes práticas, temos necessidades, desejos e valores – que podem ser vistos, pelo menos inicialmente, como nossos desejos mais estáveis. Para o não-cognitivistta, essas respostas também podem e devem ser completamente descritas e explicadas por uma *psicologia naturalista*. O caráter distintivo das reações *morais* aos eventos mundanos – em oposição, por exemplo, aos sentimentos de aprovação ou desaprovação estética ou à mera aversão emocional ao que nos cerca – aparece quando as respostas são ordenadas em uma escala de

importância prática e emocional. Na parte mais baixa da escala estão as puras preferências subjetivas, por exemplo as reações aversivas, os meros gostos e desgostos. Subindo a escala, nós podemos reagir às reações de outros sujeitos. A ascensão na escala prática pode chegar a um ponto onde as respostas subjetivas são vistas como legítimas, compulsórias: nós nos sentimos justificados ao exercer pressões sobre as outras pessoas e ao exigir desculpas e explicações por parte delas (cf. BLACKBURN 1998, p. 8ss). Isto quer dizer que os proferimentos morais são vistos pelo não-cognitivista como expressões de respostas subjetivas situadas na parte mais elevada da escala prática: nós tornamos públicos – nós *manifestamos* (*we avow*) – nossos estados mentais mais elevados na escala prática, visando discuti-los e eventualmente coordená-los.

Do ponto de vista da filosofia da linguagem, o não-cognitivista vê as sentenças morais principalmente como veículos para a expressão de estados mentais intrinsecamente motivacionais. A plausibilidade inicial desse programa linguístico-filosófico é maior quando nós consideramos o uso isolado de predicados morais. Faz sentido (e parece ser elucidador) ver no proferimento de, por exemplo, “Mas roubar é errado!” somente um meio eficaz mobilizado pelo falante para dar voz ao seu sentimento de desaprovação do ato que ele ou ela testemunha. Um dos primeiros defensores do não-cognitvismo, Ayer (1936) era de opinião que o conteúdo desse proferimento pode ser dado completamente por “*Boo for lying!*”. Contudo, a plausibilidade inicial do programa não-cognitivista parece desaparecer quando a atenção crítica é dirigida além dos proferimentos isolados. Uma discussão séria sobre o *status* moral do roubo *não* é uma sucessão de *Boos* e *Hoorays*. Ademais, sentenças morais podem ser incorporadas (*embedded*) em *contextos extensionais* formados com os conectivos da lógica proposicional clássica, ou com os dispositivos da ligação de variáveis (os quantificadores universal e existencial), mas também em *contextos intensionais* da atribuição de atitudes proposicionais (“A acredita que mentir é errado”). Se a sentença atômica “roubar é errado” for somente um veículo para a expressão de um sentimento de desaprovação, que sentimento seria expresso pela sentença complexa “se roubar é errado, então induzir alguém a roubar também é errado”? Uma “solução fácil” para o não-cognitivista consistiria em negar que a última sentença seja moral, isto é, que ela tenha uma função expressiva. Mas isso é difícil de compatibilizar com a constatação que os componentes da sentença condicional (o antecedente e o conseqüente) são sentenças morais que, quando proferidas isoladamente, deveriam expressar sentimentos ou emoções. Uma saída possível é afirmar que sentenças morais são essencialmente ambíguas, com funções e conteúdos diferentes em diferentes contextos:

um conteúdo expressivo em contextos assertivos isolados e um conteúdo proposicional quando figuram, por exemplo, como antecedentes não asseridos de um condicional. Mas isso também é impalatável, pois a sentença moral isolada e o condicional formam as premissas de um argumento que tem toda a aparência de ser logicamente válido, o que exclui a tese da ambiguidade de “rober é errado,” por exemplo:

1. Se roubar é errado, então induzir alguém a roubar também é errado.
2. Roubar é errado. Logo,
3. Induzir alguém a roubar é errado.

Desde a publicação de “Assertion” por Geach (1965), o fato intuitivamente óbvio que sentenças morais podem ser incorporadas em contextos tipicamente vero-funcionais – que elas estão conectadas entre si por relações de inconsistência e consequência lógica – é visto como um indicador seguro que elas expressam proposições e não, como pensa o não-cognitivist, estados mentais conativos que não são passíveis de avaliação genuína (isto é, não-minimalista) como verdadeiros ou falsos. O desafio para os não-cognitivistas consiste em generalizar o que eles e elas estão inclinados a dizer sobre os proferimentos isolados de sentenças morais de forma a dar conta do uso e funcionamento de predicados morais em contextos complexos extensionais e intensionais, explicando ao mesmo tempo as propriedades lógicas e inferenciais intuitivamente atribuídas aos termos morais. O desafio é conhecido na literatura metaética como o *Problema Frege-Geach*.

## 2 Duas estratégias não-cognitivistas

Existem pelo menos duas estratégias relativamente bem estabelecidas para o desenvolvimento do programa não-cognitivist. A primeira é conhecida como *ficcionalismo moral*. O ficcionalismo a propósito de uma região do discurso é, em termos gerais, a teoria segundo a qual os enunciados nesta região *não* são asserções genuínas – não almejam a verdade, não pretendem representar os fatos, não atribuem propriedades e relações a objetos etc. – mas são ficções aceitas e mantidas por nós por causa do seu valor prático ou emotivo. O *ficcionalismo moral* é o resultado da aplicação do ponto de vista ficcionalista geral ao discurso e à prática da moralidade convencional atual. Como teoria não-cognitivist no sentido comentado na seção anterior, o ficcionalismo moral desenvolve as implicações da tese segundo a qual a aceitação de uma sentença moral não é a crença na verdade da sentença em questão. De acordo

com o ficcionalista moral, nós usaríamos, como participantes do jogo da linguagem da moralidade, sentenças declarativas de caráter factual ou representacional para *expressar* nossas atitudes conativas, *não* para asserir os fatos que determinam o conteúdo das nossas crenças. Ao declarar que mentir é errado, por exemplo, nós expressaríamos nossa desaprovação da mentira e faríamos isso invocando um mundo ficcional no qual o tipo de ação *mentir* instanciaría a propriedade categórica de ser errado. A sentença moral “mentir é errado” determinaria *semanticamente* uma proposição que, por sua vez, determinaria suas condições de verdade, mas o proferimento desta sentença não afirmaria a proposição correspondente. Ao contrário, o proferimento transmitiria somente a nossa atitude negativa frente a um tipo de ação mediante o uso não assertórico (expressivo) de uma sentença declarativa. Na medida em que combina uma teoria não-cognitivistá do uso e uma teoria factualista do conteúdo de termos morais, o ficcionalismo moral dissocia, portanto, contra uma tendência originada em Wittgenstein, significado e uso (cf. KALDERON, 2005).

A segunda estratégia para a implementação do programa não-cognitivistá é o *expressivismo*. Aqui também é possível distinguir entre uma abordagem genérica (expressivismo em geral) e a aplicação específica do ponto de vista expressivistá à linguagem normativa da moral. O ponto de vista genérico do expressivismo é o da semântica das condições de assertibilidade (*assertability*), em oposição ao paradigma semântico (na filosofia e na linguística) das condições de verdade. A semântica das condições de verdade específica o valor semântico de uma sentença declarativa em termos das condições que a verdade da sentença impõe ao mundo (extralinguístico). O significado de uma sentença declarativa é dado pela descrição do modo que o mundo deveria assumir – um arranjo possível dos objetos e propriedades do mundo – para que a sentença seja verdadeira. Em outras palavras, a semântica das condições de verdade associa sistematicamente proposições (objetos abstratos que podem ser avaliados como verdadeiros ou falsos) a sentenças declarativas. A semântica das condições de assertibilidade, por outro lado, considera que as regras relevantes governando o uso de sentenças dizem quando é permissível, de um ponto de vista estritamente semântico, asserir tais sentenças. Essas regras especificam, portanto, as condições de correção (*correctness*) ou adequação (*appropriateness*) semântica de sentenças declarativas. O ponto crucial é que as condições sob as quais é semanticamente apropriado asserir uma sentença declarativa não são estados de coisas ou proposições, mas sim condições de assertibilidade da sentença em questão. Tais condições não dizem respeito a estados possíveis do mundo objetivo. Ao contrário, elas são identificadas com

estados mentais subjetivos do falante. Assim, de acordo com a semântica das condições de assertibilidade, a sentença “a grama é verde” é semanticamente associada à condição que o falante acredita que a grama é verde. Aqui a ordem da explicação é importante, pois ela inverte a ordem subjacente ao paradigma dominante das condições de verdade: a sentença tem um certo conteúdo porque as condições sob as quais ela pode ser asserida foram identificadas com um estado mental com esse conteúdo, ao passo que, de acordo com a ortodoxia semântica, o estado mental expresso herda seu conteúdo da sentença que o expressa. Aplicada ao caso mais específico da linguagem moral, a semântica das condições de assertibilidade resulta na tese expressivista segundo a qual o conteúdo de proferimentos morais é determinado pelo seu uso primário, que é não-descritivo. Isto quer dizer que o significado literal de sentenças morais é explicado em termos dos estados mentais não-cognitivos tipicamente expressos pelo uso de predicados morais, isto é, não mais mediante o recurso aos fatos possíveis da parte moral do nosso mundo. Trata-se, portanto, de uma *semântica não-factualista baseada na pragmática do vocabulário moral*.

### 3 Não-factualismo a propósito da linguagem moral: do nihilismo semântico a uma abordagem construtiva

A motivação para o endosso de uma abordagem não-factualista dos termos morais deriva, frequentemente, do desejo de evitar qualquer comprometimento com a tarefa associada ao tratamento factualista, a saber, a identificação do suposto fato que torna verdadeira (*makes true*) a atribuição correta de um predicado moral. O problema aqui é que o fato supostamente representado por “roubar é errado,” por exemplo, é estranho ou bizarro – *queer*, na terminologia famosa de Mackie. Como fato intrinsecamente normativo, ele envolve um elemento categoricamente imperativo, a instanciação da estranha propriedade de *ought-not-to-be-doneness*. Na expressão de Sellars, ele é “*fraught with ought*.” Ou como Mackie (1977) afirma repetidamente, ele tem o *status* de um “elemento objetivamente prescritivo.”

Não é surpreendente que o não-factualismo seja caracterizado, pelo menos inicialmente, em termos negativos:

- Os proferimentos de sentenças morais não pretendem descrever o mundo.
- Tampouco eles descrevem as atitudes subjetivas do falante (não-cognitivism ≠ subjetivismo do falante).
- Termos morais não são *sobre* alguma coisa.

- Eles não são usados com intenção referencial.
- Predicados morais não têm propriedades genuínas como valores semânticos.
- Sentenças morais não expressam proposições; não efetuam partições no espaço dos mundos possíveis.
- É errado tentar associar a sentenças morais condições de verdade em qualquer sentido não-minimalista de “verdade.”

Isso é compatível com um ceticismo radical sobre qualquer tentativa de teorização sobre o valor semântico do vocabulário moral, mas também com a visão mais generosa segundo a qual os termos morais têm um conteúdo genuíno que é somente *diferente* do conteúdo representacional ordinário de termos não-morais típicos. De fato, as semânticas não-factualistas propostas pelos não-cognitivistas éticos desde as primeiras décadas do século passado podem ser mapeadas em um espectro entre dois extremos. Elas vão da negação peremptória da posição segundo a qual os termos morais fazem alguma contribuição positiva ao valor semântico das sentenças onde eles ocorrem (Ayer) à formulação de uma correspondência recursiva entre termos morais, por um lado, e estados mentais, por outro (Blackburn, Gibbard). As seguintes citações são caracterizações de posições extremas desse espectro:

The presence of an ethical symbol in a proposition adds nothing to its factual content. Thus if I say to someone, “You acted wrongly in stealing that money,” I am not stating anything more than if I had simply said, “You stole that money.” In adding that this action is wrong I am not making any further statement about it. I am simply evincing my moral disapproval of it. It is as if I had said, “You stole that money,” in a peculiar tone of horror, or written it with the addition of some special exclamation marks. ... If now I generalise my previous statement and say, “Stealing money is wrong,” I produce a sentence that has no factual meaning – that is, expresses no proposition that can be either true or false. ... I am merely expressing certain moral sentiments (AYER 1936, p. 107).

The expressivists’ strategy is to change the question. Don’t ask directly how to define ‘good’ ... Instead of seeking a straight definition, expressivists propose, seek a characterization of a different form. Ask what *states of mind* ethical statements express. ... The term ‘expressivism’ I mean to cover any account of meanings that follows this indirect path: to explain the meaning of a term, explain what states of mind the term can be used to express (GIBBARD 2003, p. 6f.).

As próximas sessões ocupam-se somente com a variante construtiva da semântica não-factualista, isto é, com o expressivismo propriamente dito.

## 4 As ideias centrais do expressivismo padrão

O expressivismo é normalmente compreendido como o ponto de vista segundo o qual, em termos gerais, sentenças expressam atitudes mentais. Portanto, a teoria semântica deve associar sistematicamente a sentenças as atitudes mentais que elas expressam (cf. RICHARD 2015, p. 141.) A semântica expressivista começa associando, no nível mais básico, estados mentais conativos (atitudes) a predicados morais simples. A seguir, ela descreve um procedimento funcional para a construção recursiva das atitudes expressas por sentenças complexas sobre a base dos estados mentais expressos pelas sentenças simples que entram na composição das sentenças complexas. O procedimento-padrão é descrito por Richard:

... one may well think the central semantic fact about sentences like ['Hunting for sport is wrong'] ... is that they express a range of evaluative attitudes. ... Some sentences express evaluations, pro or con. ... And sentences that arise from compounding, either with connectives or the devices of variable binding, express complex mental states that are determined in some way by the mental states expressed by their constituents. (RICHARD 2015, p. 139 f.)

As relações funcionais entre a atitude associada a uma sentença complexa e as atitudes expressas pelas sentenças componentes simples devem ser *isomórficas* às relações lógicas intuitivas entre a sentença complexa e as sentenças simples correspondentes. A ideia é fornecer *explicação psicologista/mentalista* dos fatos semânticos: explicar como o significado de sentenças morais complexas depende sistematicamente dos significados das sentenças simples que são suas partes e da forma como eles são combinados. O expressivista reduz, portanto, a questão sobre as *relações lógicas* entre sentenças morais à questão sobre as *relações práticas* entre os estados mentais que elas expressam.

Estas relações são práticas no sentido que diz respeito à *realizabilidade efetiva* das atitudes expressas. Em particular, a *inconsistência lógica* entre uma sentença moral qualquer e uma segunda sentença pelo menos tão forte quanto a sua negação é explicada pelo expressivista em termos da *inconsistência prática* das atitudes expressas: qualquer tentativa de agir simultaneamente com base nessas atitudes leva somente à paralisia e ao impasse. A analogia relevante aqui é com a explicação cognitiva da *inconsistência teórica*. Duas sentenças factuais ordinárias são logicamente inconsistentes se as crenças que elas expressam são *teoricamente inconsistentes*, no sentido em que

ambas as crenças não podem ser integradas em uma visão coerente do mundo. O recurso à irrealizabilidade simultânea (a inconsistência prática) das atitudes expressas desempenha, na explicação expressivista no reino moral, o mesmo papel estrutural atribuído à inconsistência teórica na explicação cognitivista da inconsistência lógica no reino factual.

## 5 Uma lógica de atitudes

É natural assumir, nesse ponto, que as sentenças morais “matar é errado” e “mentir é errado” expressam o mesmo tipo de atitude (por exemplo, desaprovação), mas com diferentes conteúdos: matar, mentir. Além disso, também podemos assumir que duas crenças factuais são inconsistentes *porque* seus conteúdos, denotados, na expressão linguística das crenças (“a crença que ...”), pelas cláusulas subordinadas “que ...” são inconsistentes no sentido direto que uma cláusula “que ...” nega a outra cláusula. Como já visto na seção anterior, duas sentenças factuais são logicamente inconsistentes se as crenças expressas são teoricamente inconsistentes. Nesse ponto, o expressivista estende a analogia comentada na seção anterior: duas sentenças morais são logicamente inconsistentes porque as atitudes expressas são praticamente inconsistentes; e as atitudes expressas são inconsistentes porque a representação de um dos respectivos conteúdos (os infinitivos “matar”, “roubar” etc.) nega a representação do outro conteúdo.

Dois tipos diferentes de negação estão envolvidos em cada caso. No caso factual nós temos a *negação sentencial externa* (por exemplo, “a grama não é verde” (= “não é o caso que a grama é verde”)), por um lado, e a *negação não-sentencial interna aplicada a cláusulas “que ...”*, por outro. No caso moral, nós temos a mesma *negação sentencial externa* (por exemplo, “roubar não é errado” (= “não é o caso que roubar é errado”)), por um lado, e a *negação não-sentencial interna aplicada a infinitivos*, por outro. Finalmente, o expressivista assume que nós dispomos de uma compreensão prévia suficiente das formas da negação não-sentencial. (Essa compreensão prévia é a interpretação usual da operação de negação como complementarização booliana.)

O resultado líquido é o seguinte: A inconsistência lógica entre uma sentença e sua negação externa (no caso moral) é o *explanandum* que o expressivista tem em mente. O *explanans* tem duas partes. A operação da *negação não-sentencial interna aplicada a infinitivos* explica a inconsistência prática de atitudes; e esta explica, por sua vez, a inconsistência lógica.

Esse esquema explanatório assume que a atitude expressa pela sentença que nega é do mesmo tipo da sentença negada. Como as duas atitudes particulares em questão são do mesmo tipo, as dependências funcionais entre elas refletem as relações entre os conteúdos correspondentes. Isso é o que Schroeder (2008a) chama de “inconsistência do tipo A.” A alternativa (“inconsistência do tipo B”) associa atitudes de tipos diferentes a uma sentença e sua negação. Teorias semânticas expressivistas baseadas na relação do tipo-B são mais complexas. (Schroeder argumenta que elas simplesmente não funcionam.) Elas não podem explorar a analogia entre a inconsistência prática entre atitudes e a inconsistência teórica entre crenças e, portanto, não podem recorrer à inconsistência entre conteúdos como fator explanatório.

Se generalizarmos, agora, o que foi dito sobre a negação aos outros conectivos da lógica proposicional – e interpretarmos a conjunção como interseção e a disjunção com união – a semântica expressivista do tipo A pode ser formulada como uma lógica de atitudes:

- Sentenças morais simples  $p$ ,  $q$ , etc. expressam atitudes  $A(x)$ ,  $A(y)$ , etc., onde “ $A(.)$ ” representa um tipo de atitude e “ $x$ ” e “ $y$ ” representam conteúdos (tipos de ações).
- Se  $p$  expressa a atitude  $A(x)$  e  $q$  expressa a atitude  $A(y)$ , então “ $p$  e  $q$ ” expressa a atitude  $A(x \wedge y)$ .
- Se  $p$  expressa a atitude  $A(x)$  e  $q$  expressa a atitude  $A(y)$ , então “ $p$  ou  $q$ ” expressa a atitude  $A(x \vee y)$ .
- Se  $p$  expressa a atitude  $A(x)$ , então “não é o caso que  $p$ ” expressa a atitude  $A(\neg x)$ .

## 6 O problema da negação

A lógica de atitudes caracterizada acima deve permitir a especificação adequada da atitude expressa por uma sentença complexa como uma função das atitudes expressas pelas sentenças simples que a compõem. Uma crítica formulada originalmente em dois trabalhos seminais de Unwin (1999, 2001) mostra que, no caso mais elementar e aparentemente insuspeito da negação, não existe – *não pode existir* – a atitude postulada pelo esquema expressivista. A exposição dessa crítica ao expressivismo fica mais fácil se dermos uma forma mais concreta ao tipo de atitude associada ao predicado ético “... é errado”. Até agora, ele foi considerado em termos abstratos, como a atitude designada pelo termo “ $A(.)$ ”. Consideremos, a partir de agora, que sentenças do tipo “ $x$  é errado” expressam a atitude de desaprovação de  $x$ . Se substituirmos “ $A(.)$ ” por “ $DES(.)$ ”, a relação de expressão pode tomar a seguinte forma:

- “Atormentar o gato é errado” expressa  $DES(\text{atormentar o gato})$ .
- “Induzir o irmão pequeno a atormentar o gato é errado” expressa  $DES(\text{induzir o irmão pequeno a atormentar o gato})$ .

A aplicação da regra da negação que faz parte da lógica de atitudes acima (Se  $p$  expressa a atitude  $A(x)$ , então “não é o caso que  $p$ ” expressa a atitude  $A(\neg x)$ ) conduz aos resultados:

- “Atormentar o gato não é errado” expressa  $DES(\text{não atormentar o gato})$ .
- “Induzir o irmão pequeno a atormentar o gato não é errado” expressa  $DES(\text{não induzir o irmão pequeno a atormentar o gato})$ .

Mas isso está errado! Se  $DES(\text{atormentar o gato})$  é o que é expresso por “atormentar o gato é errado”, então, por simples substituição,  $DES(\text{não atormentar o gato})$  deve ser expresso pela forma internamente negada “não atormentar o gato é errado”, mas não por “atormentar o gato não é errado”. O que a sentença “não atormentar o gato é errado” dá a entender é que é obrigatório atormentar o gato, o que é bem diferente do que se diz o proferimento da forma externamente negada “atormentar o gato não é errado.”

O problema emerge da determinação inadequada do conteúdo da atitude de desaprovação no caso da forma negada. O expressivista procurava um conteúdo  $x$  tal que

- “Atormentar o gato não é errado” expressa  $DES(\neg x)$ ,

tomando como ponto de partida que

- “Atormentar o gato é errado” expressa  $DES(\text{atormentar o gato})$ .

Contudo, como o expressivista não pode deixar de reconhecer, as sentenças “atormentar o gato é errado” e “atormentar o gato não é errado” são logicamente inconsistentes. Mas isso quer dizer que o  $x$  procurado pelo defensor da lógica de atitudes deve satisfazer mais uma condição: a negação de  $x$  deve ser inconsistente com “atormentar o gato.” Se a negação de  $x$  for idêntica a “não atormentar o gato” ou implicar necessariamente “não atormentar o gato,” o problema já notado emerge: a condenação do tormento do gato será confundida com a obrigação de atormentar o gato. Portanto, a negação de  $x$  deve ser inconsistente com “atormentar o gato,” mas não pode acarretar “não atormentar o gato. Tal  $x$ , é claro, não existe.

## 7 Três vias de escape?

Algumas versões do expressivismo responderam ao “problema da negação” com o abandono da cláusula segundo a qual as atitudes associadas a uma sentença qualquer e sua negação deveriam ser do mesmo tipo (cf. SINCLAIR 2011). Na terminologia de Schroeder, elas são explicações do tipo B. A impossibilidade, demonstrada acima, de encontrar um conteúdo  $\neg x$  para a atitude associada à sentença “atormentar o gato não é errado”, mas que permita ainda distinguir semanticamente as sentenças “atormentar o gato não é errado” e “não atormentar o gato é errado”, dependia crucialmente do fato de que todas as atitudes envolvidas eram do mesmo tipo: desaprovação, por exemplo. Algumas versões mais recentes do expressivismo propõem, como meio de resolução do problema, associar a uma sentença e à sua negação atitudes de dois tipos diferentes: desaprovação e tolerância, por exemplo. (Essa proposta foi antecipada por Blackburn (1984).) Se a atitude da tolerância for simbolizada por “TOL(.)”, nosso exemplo fica assim:

- “Atormentar o gato é errado” expressa DES(atormentar o gato).
- “Atormentar o gato não é errado” expressa TOL(atormentar o gato).
- “Não atormentar o gato é errado” expressa DES(não atormentar o gato).

Para explicar a diferença semântica intuitiva entre “atormentar o gato não é errado” e “não atormentar o gato é errado,” o expressivista do tipo B tem de assumir que desaprovação e tolerância são atitudes praticamente inconsistentes, embora não logicamente relacionadas. No esquema anterior (expressivismo do tipo A), a relação de inconsistência prática entre atitudes eram explicadas em termos da relação de inconsistência entre os conteúdos. Em particular, o conteúdo da atitude associada à negação de uma sentença era a negação do conteúdo da atitude associada à sentença negada. De acordo com o novo esquema, as atitudes associadas a “atormentar o gato é errado” e “atormentar o gato não é errado” têm o mesmo conteúdo, a saber: atormentar o gato. O resultado é que não é mais possível explicar em termos da negação não-sentencial interna a inconsistência prática das atitudes. Sem poder recorrer a uma lógica de atitudes, o expressivista não pode mais explicar *por que* DES( $x$ ) entra em choque racional prático com TOL( $x$ ). Ele é obrigado, agora, a aceitar como um fato bruto que DES(atormentar o gato) e TOL(atormentar o gato), por exemplo, configuram um conflito prático sério que deve explicar a inconsistência de “atormentar o gato é errado” e “atormentar o gato não é errado”.

Outra versão da explicação expressivista do tipo B, formulada e discutida nos capítulos 3 e 4 (“Planning and Ruling Out: The Frege-Geach Problem” e “Judgement, Disagreement, Negation”) de *Thinking How to Live* (GIBBARD 2003), recorre a duas atitudes básicas: o *comprometimento* com um plano de ação e a *rejeição* desse plano de ação. Essa forma de teoria expressivista identifica a atitude da rejeição de um plano de ação com o comprometimento com um plano de ação alternativo – eliminando, por assim dizer, *por definição* a atitude “agnóstica” da indiferença. Isso garante que a rejeição da rejeição seja idêntica ao comprometimento inicial. Na base dessa “semântica de planejamentos” estão, portanto, duas atitudes ligadas entre si pela relação da rejeição recíproca – não mais, como no esquema da lógica de atitudes, pela relação de inconsistência dos conteúdos. Em um certo sentido, isso “resolve” o problema da negação que, como vimos, parecia ser fatal para a versão anterior do expressivismo. Mas, também aqui, o preço a pagar é a consideração do conflito sério de atitudes como um fato bruto e inexplicável.

Finalmente, outra tentativa de responder ao desafio representado pelo problema da negação foi formulada de maneira exemplar por Schroeder (2008a). Trata-se de uma explicação do tipo A generalizada e sofisticada. Schroeder assume que todos os predicados morais, sejam eles positivos ou negativos, avaliativos ou deônticos, expressam um único tipo de atitude: a atitude de “ser a favor” (*being for*), representada esquematicamente por FOR(.). Os infinitivos simples que apareciam nos argumentos da atitude expressa segundo o esquema da lógica de atitudes descrita na seção 4 acima são substituídos por uma estrutura mais complexa que contém *dois* lugares para o símbolo da negação. O conteúdo da atitude de ser a favor é uma propriedade que os agentes instanciam quando eles censuram (*blame*) (ou não censuram) a realização (ou não realização) de um certo tipo de ação (*Being for... blaming for ...  $\Phi$ -ing*). Isso permite a Schroeder manter o princípio básico da explicação expressivista do tipo A – são inconsistentes as sentenças que expressam, respectivamente, a atitude de ser a favor de algum conteúdo e a atitude de ser a favor da negação desse conteúdo – distinguindo, ao mesmo tempo, negação interna e negação externa:

- FOR(censurar o ato de mentir) [FOR(*blaming for lying*)] é a atitude expressa por “mentir é errado.”
- FOR(não censurar o ato de mentir) [FOR(*not blaming for lying*)] é a atitude expressa por “mentir não é errado.”
- FOR(censurar o ato de não mentir) [FOR(*blaming for not lying*)] é a atitude expressa por “não mentir é errado.”

## 8 Por uma redefinição do expressivismo

É seguro afirmar que as chances reais do programa expressivista no debate metaético contemporâneo dependem de uma solução viável ao problema da negação. Também é mais ou menos justificada a afirmação de que as abordagens expressivistas do tipo B comentadas de forma sucinta na seção anterior, embora representem progresso quando comparadas com versões anteriores do expressivismo, não superam satisfatoriamente a dificuldade típica das explicações do tipo B, a saber, a postulação de uma relação de inconsistência ou “desacordo” (Gibbard) não mediada logicamente entre atitudes básicas.

A solução engenhosa de Schroeder, por outro lado, restaura a lógica de atitudes (e a explicação do tipo A) pelo menos no ponto onde a objeção representada pelo problema da negação mostrou que ela conduzia ao erro. A cláusula da negação na lógica de atitudes era:

- Se  $p$  expressa a atitude  $A(x)$ , então “não é o caso que  $p$ ” expressa a atitude  $A(\neg x)$ ,

onde  $x$  substitui genericamente infinitivos simples (“roubar,” “mentir,” “atormentar o gato,” etc.). Ao colocar estruturas complexas como “censurar o ato de  $\Phi$ ” (“*blaming for  $\Phi$ -ing*”) no lugar de  $x$ , representando-as genericamente por  $X$ , a teoria de Schroeder recupera a adequação empírica que faltava na primeira versão da lógica de atitudes:

- Se  $p$  expressa a atitude  $A(X)$ , então “não é o caso que  $p$ ” expressa a atitude  $A(\neg X)$ . [Se  $p$  expressa a atitude  $A(\text{censurar o ato de } \Phi)$ , então “não é o caso que  $p$ ” expressa a atitude  $A(\neg \text{censurar o ato de } \Phi)$ .]

Pode parecer, agora, que a teoria de Schroeder tem a última palavra (positiva) sobre a semântica expressivista. Existem, contudo, outros dispositivos de composição de sentenças além do operador de negação. E não seria surpreendente se a crítica filosófica descobrisse problemas nas outras cláusulas da lógica de atitudes, por exemplo, um “problema da disjunção.” Richard (2015) observa criticamente que não é geralmente correta a hipótese segundo a qual, se algumas sentenças básicas expressam uma atitude básica, a sentença resultante da aplicação dos conectivos da lógica proposicional também expressa essa mesma atitude básica. Mesmo considerando que “cantar é errado” expressa a atitude de ser a favor de censurar o ato de cantar, ao passo que “dançar é errado” expressa a atitude de ser a favor de censurar o ato de dançar,

não parece ser correto dizer que meu endosso da sentença “cantar é errado ou dançar é errado” significa que eu sou a favor da propriedade disjuntiva de condenar o canto ou condenar a dança. Quando eu endosso “cantar é errado ou dançar é errado,” eu estou comprometido, sob pena de irracionalidade, a ser favorável a censurar o canto *ou* a ser favorável a censurar a dança. Mas isso não é o mesmo que instanciar a atitude de ser favorável a alguma coisa disjuntiva (RICHARD 2015, pp. 8s).

É interessante notar que o próprio Schroeder reconhece que há um problema da disjunção nas explicações do tipo A, que aparece claramente quando se considera a disjunção mista de uma sentença normativa com uma sentença descritiva (v. SCHROEDER, 2011). Além disso, o problema da disjunção parece ser ainda mais intratável que o problema da negação. Essa é uma das razões principais para seu veredito final negativo sobre a semântica expressivista:

Expressivism, I hope to have shown ..., is coherent, interesting, and potentially explanatorily powerful. But I ... hope to have assembled significant cause to believe it is false (SCHROEDER 2008a, p. 178).

Portanto, as melhores explicações expressivistas do tipo B parecem fracassar na tentativa de resolver o problema da negação. E a melhor explicação do tipo A, embora resolvendo o problema da negação, parece fracassar em outros pontos importantes. Como a divisão das teorias semânticas expressivistas em tipo A e tipo B, é exaustiva – ou bem o tipo de atitude expressa por uma sentença complexa é igual, ou bem ela é diferente do tipo de atitude expressa pelas sentenças componentes – a inferência que se impõe forçosamente é que o programa semântico do expressivismo na sua forma padrão, isto é, tal como ele tem sido normalmente compreendido, não pode ser implementado com sucesso.

Isso quer dizer que a busca de uma teoria expressivista satisfatória tem de ir *além* da divisão dicotômica entre explicação do tipo A e explicação do tipo B. Evidentemente, isso requer a reformulação da tarefa definitiva do expressivismo na ética. É possível encontrar na literatura metaética mais recente pelo menos três tentativas importantes de redefinição do ponto de vista expressivista na ética. Elas serão caracterizadas nas próximas seções.

## 9 O expressivismo metasemântico: Ridge

Diferentes abordagens expressivistas não-convencionais introduzem diferentes modificações na compreensão usual do expressivismo, que pode ser especificada como a conjunção de duas teses:

- (E1) O pensamento moral é constituído essencialmente por uma atitude conativa.
- (E2) O significado de uma sentença moral é dado por correlação recursiva que associa sentenças morais às atitudes que elas expressam.

A primeira redefinição do expressivismo, defendida enfaticamente por Ridge (2014), desloca, em primeiro lugar, o princípio expressivista do plano semântico para o plano *metasemântico* (v. também PÉREZ CARBALLO, 2014; CHRISMAN, 2014). Essa abordagem inovadora considera que o significado dos termos morais é descrito adequadamente por uma teoria que pode ser subsumida pelo paradigma dominante das condições de verdade, *desde que “verdade” seja interpretada de modo suficientemente amplo* – por exemplo, de acordo com uma teoria minimalista ou deflacionária da verdade. Aqui é preciso distinguir o nível semântico de primeira ordem, onde são especificados os significados dos termos morais, e o nível metasemântico de segunda ordem, onde as considerações têm como objeto as associações estabelecidas na primeira ordem. O fato de que os termos morais expressam atitudes conativas não desempenha um papel preponderante na teorização semântica de primeira ordem. O recurso aos fatos da expressão de atitudes explica, na ordem superior, *por que* os termos morais têm o significado amplamente “vero-condicional” que devemos atribuir-lhes – isto é, por exemplo, *por que* as sentenças morais são associadas semanticamente a proposições (concebidas de modo minimalista ou deflacionário).

Contudo, isso ainda não resolve o complexo de problemas que derivam da incorporação (*embedding*) de sentenças morais em contextos extensionais não asseridos: o problema Frege-Geach e os problemas similares da negação e da disjunção. A razão é que o expressivista precisa ainda fornecer uma justificação para o uso de termos como “verdade” e “proposição,” o que só pode ser feito *depois* que o problema Frege-Geach for resolvido:

I need a solution to the Frege-Geach problem to earn the right to talk of true propositions in the first place. Without the right to talk of normative truth I cannot help myself to truth-conditional semantics to explain compositionality. An appeal to truth-conditional semantics at this stage would get the cart before the horse (RIDGE, 2014, p. 137s).

É nesse ponto que Ridge modifica também a tese (E1), introduzindo um aspecto “ecumênico” no expressivismo. O pensamento moral é visto agora como constituído parcialmente por uma atitude conativa e parcialmente por uma crença representacional, cujo conteúdo pode

ser completamente caracterizado mediante o recurso a condições de verdade livre de interpretações minimalistas. Para contornar eficazmente as objeções levantadas desde Geach contra as formas tradicionais (não-ecumênicas) do expressivismo Ridge sugere a estratégia de “descarregar” (*offloading*) a complexidade lógica das sentenças morais no conteúdo da crença representacional que elas expressam (RICHARD, 2014, p. 144). Em particular, duas sentenças morais serão logicamente inconsistentes se os conteúdos das crenças representacionais que as constituem parcialmente forem inconsistentes.

Não é possível afirmar, sem uma investigação mais minuciosa, se essa estratégia pode ser generalizada de forma a dar conta das várias objeções baseadas nos fatos da incorporação (*embedding*) de sentenças morais em contextos extensionais. O que é certo é que ela é *prima facie* plausível. Pelo menos, ela é imune às objeções levantadas contra as explicações expressivistas tradicionais do tipo A ou do tipo B.

## 10 A semântica das condições de adequação: Richard

A segunda tentativa de redefinição do expressivismo mantém a tese “ortodoxa” de que o expressivismo é ou implica essencialmente um programa semântico de primeira ordem. Ela modifica (E2) de tal forma que o principal papel explanatório na teoria semântica das sentenças morais passa a ser desempenhado não mais pelas atitudes expressas, mas por algum outro elemento estreitamente associado à relação de expressão.

Inicialmente, o ponto é caracterizado negativamente por Richard, fazendo referência à caracterização e o veredito negativo da semântica expressivista padrão (v. citação no final da seção 8), formulados por Schroeder (2008a):

I don't think that the case for an “expressivist semantics” is as dismal as Schroeder does. But this is in good part because I disagree with Schroeder about what such a semantics ought to look like (RICHARD 2015, p. 143s).

De acordo com a proposta positiva de Richard, ao proferir uma sentença declarativa simples (descritiva ou normativa), o agente *expressa* um estado mental particular (uma crença ou um estado conativo), ao mesmo tempo que se apresenta como comprometido especificamente com a verdade ou o valor (*worthiness*) do objeto do seu proferimento: o agente expressa uma atitude e incorre um comprometimento específico (*incurs an specific commitment*). Mediante o proferimento de “a grama é verde” o agente expressa uma crença e se apresenta como comprometido com a verdade da representação do mundo de uma determinada maneira. Analogamente,

ao proferir “mentir é errado,” o agente expressa desaprovação moral do ato de mentir e incorre o comprometimento com o desvalor (*unworthiness*) da mentira. E isto quer dizer: o agente se compromete com a existência de razões genuínas fortes, não meramente convencionais, que contam racionalmente a favor da adoção de atitudes pró atos de mentir. Os comprometimentos específicos têm, portanto, condições de adequação (*appropriateness conditions*), de tal forma que a não satisfação dessas condições torna inadequados os comprometimentos e, por extensão, incorretas ou falsas as expressões das atitudes correspondentes.

A semântica expressivista proposta por Richard associa, portanto, às sentenças simples as condições de adequação dos comprometimentos específicos incorridos por quem expressa, mediante o proferimento dessas sentenças, as atitudes correspondentes. No caso de sentenças factuais simples, as condições de adequação coincidem com as condições de verdade da visão semântica *standard*. No caso de sentenças normativas, em geral, e de sentenças morais, em particular, a semântica da adequação (*appropriateness semantics*) proposta por Richard pode ser vista como subsumindo a semântica das condições de verdade.

Ao proferir, por exemplo, “caçar esportivamente é bom,” o agente incorre o comprometimento de primeira ordem com a adoção de atitudes favoráveis que têm como objeto a caça esportiva, isto é, o comprometimento com o fato de que a caça esportiva é digna de ser valorizada. O comprometimento de primeira ordem é adequado ou apropriado – a caça esportiva é de fato digna de ser valorizada – se os interesses do agente forem tais que os fatos do mundo habitado pelo agente lhe dão razões fortes para adotar as relevantes atitudes favoráveis à caça esportiva.

Se assumirmos, agora, que os interesses particionam o universo dos mundos possíveis em (i) mundos nos quais um certo tipo de ação é digno de valorização, (ii) mundos nos quais esse tipo de ação é digno de desvalorização (desaprovação) e (iii) mundos nos quais não há razões fortes para valorizar ou desvalorizar esse tipo de ação, as condições de adequação de um comprometimento de primeira ordem podem ser imediatamente representadas por um conjunto de pares ordenados interesse-mundo.

O próximo passo decisivo é a interpretação dos conectivos formadores de sentenças complexas (“e,” “ou,” “não”) como “indicadores de força” que operam nos comprometimentos específicos de primeira ordem, gerando comprometimentos de segunda ordem. Estes não são comprometimentos com (a adequação) de pontos específicos no “espaço de comprometimentos.” Na medida em que comprometimentos específicos têm condições de adequação, um falante competente pode

incorrer tais compromissos, mas também submetê-los às operações de oposição, conjunção e disjunção. Opor-se a um comprometimento específico (*to disavow a commitment*), por exemplo, significa incorrer em um comprometimento com as condições de adequação complementares, que, em geral, cobrem uma “região,” não um ponto específico no espaço de comprometimentos. Em geral, há mais de uma alternativa, por exemplo, ao comprometimento com o desvalor do ato de  $\Phi$ , isto é, ao comprometimento que incorremos quando proferimos “ $\Phi$  é errado.” Ao aplicar o indicador de força da negação à sentença “ $\Phi$  é errado,” o agente se apresenta como comprometido com o fato de que  $\Phi$  pode ser certo ou nem certo nem errado. De modo semelhante, com o proferimento de “se atormentar o gato é errado, então induzir o irmãozinho a atormentar o gato também é errado,” nós estamos comprometidos nem com desvalorar o ato de atormentar o gato, nem com desvalorar o ato de induzir o irmãozinho a atormentar o gato, mas com a adequação de ou bem opor-se à desvalorização do tormento voluntário do gato, ou bem valorar a indução do irmãozinho a atormentar o gato.

Em geral, Richard compara o significado dos indicadores de força com regras de mapeamento sistemático de localizações específicas (ou pontos) no espaço de comprometimentos a regiões particulares ou mesmo combinações de regiões (RICHARD 2008, p. 76). Isso quer dizer que os comprometimentos de segunda ordem – ou melhor: suas representações na metalinguagem da semântica – são gerados sistematicamente pela aplicação das funções Booleanas usuais (negação como complementarização, disjunção como união, conjunção como interseção) aos conjuntos de pares ordenados interesse-mundo associados às sentenças simples que entram na composição de sentenças complexas. Isso garante que o “espaço dos comprometimentos,” ao contrário do “espaço das atitudes” é fechado sob a composição com os conectivos “ $\neg$ ”, “ $\wedge$ ”, and “ $\vee$ ”.

Isso sugere uma formulação elegante da “lógica dos comprometimentos”:

Se  $p$  e  $q$  são sentenças morais simples que expressam, respectivamente, desaprovação de  $\Phi$  e desaprovação de  $\Psi$ , então:

- $[[p]] = \{ \langle i, w \rangle \mid \text{o interesse } i \text{ e os fatos em } w \text{ dão a um agente razões para desvalorar } \Phi \}$
- $[[q]] = \{ \langle i, w \rangle \mid \text{o interesse } i \text{ e os fatos em } w \text{ dão a um agente razões para desvalorar } \Psi \}$
- $[[p \text{ and } q]] = [[p]] \cap [[q]]$
- $[[p \text{ or } q]] = [[p]] \cup [[q]]$
- $[[\neg p]] = (\text{IxW}) \setminus [[p]]$

A questão crucial para o expressivismo tradicional era a de explicar (em um plano mais elevado) *como* as atitudes práticas podem estar relacionadas da forma como elas devem estar para explicar (em um plano menos elevado) as relações lógicas intuitivas entre as sentenças morais que expressam tais atitudes. Em particular, o expressivismo do tipo A quer explicar a relação de inconsistência prática entre as atitudes que expressam uma sentença moral e sua negação em termos da inconsistência entre os conteúdos não proposicionais das atitudes expressas correspondentes. De acordo com a proposta inovadora de Richard, é um erro procurar a explicação da inconsistência lógica nas próprias atitudes. Como o problema da negação para o expressivismo revela, o campo das atitudes expressas não é fechado sob operações algébricas. Se Richard estiver certo, somente a consideração dos comprometimentos envolvidos nessas atitudes permitiria ver a inconsistência prática que subjaz à inconsistência lógica.

## 11 O expressivismo da ordenação: Silk

A terceira proposta recente de redefinição do expressivismo foi formulada por Silk (2015). Como se trata aqui de uma proposta formalmente mais complexa do que as descritas nas últimas seções, o comentário a seguir será dividido em subseções.

### 11.1 Semântica modal

Silk parte da interpretação dos termos morais como modais implícitos, isto é, como expressões que fazem referência ao estado das coisas no mundo real, mas também e essencialmente a possibilidades alternativas.

De acordo a teoria proposta por Kratzer (1977, 1981, 1991) e aceita quase consensualmente na semântica intensional, termos modais são representados sintaticamente, no nível da forma lógica, como operadores sentenciais. Em geral, os modais são *duplamente relativos*: eles quantificam sobre mundos possíveis em um domínio determinado por dois fatores. Em primeiro lugar, existe uma *base modal* constituída por mundos possíveis conectados por uma *relação de acessibilidade*. Em segundo lugar, os modais são interpretados relativamente a uma *ordenação parcial não estrita* dos mundos que formam a base modal.

A relação de acessibilidade é tal que um mundo  $w'$  é acessível a partir de um mundo  $w$  se e somente se  $w'$  for *logicamente compatível* com tudo que puder ser visto como verdadeiro em  $w$ . O que pode ser visto como verdadeiro em  $w$  pode ser (i) um conjunto de proposições factuais (evidências) – e nesse caso a base modal é constituída por *mundos epistemicamente possíveis* – mas também (ii) um conjunto de proposições

descrevendo um mundo perfeito onde as normas deônticas (por exemplo, os princípios morais) são observadas sem restrição – e nesse caso a base modal é formada por *mundos deonticamente possíveis*.

Por outro lado, a ordenação parcial não estrita dos mundos na base modal é estabelecida com referência a um conjunto  $A$  de proposições descrevendo um curso ideal de eventos: um mundo  $w$  está pelo menos tão próximo do mundo ideal representado por  $A$  quanto um mundo  $w'$  ( $w \lesssim_A w'$ ) se e somente se forem verdadeiras em  $w$  todas as proposições de  $A$  que são verdadeiras em  $w'$ .

Isso permite formular as condições de verdade para *proposições necessárias*: uma proposição é necessária no nosso mundo se e somente se ela for verdadeira (i) em algum mundo  $w$  acessível a partir do nosso mundo e (ii) também em todos os mundos que estão mais próximos ao ideal representado por  $A$  do que o mundo  $w$ . Em outras palavras, uma proposição é uma necessidade se e somente se ela for verdadeira em algum mundo  $w$  acessível ao nosso mundo e em todos os outros mundos que são “melhores” do que  $w$ . Em particular, uma proposição  $p$  é *moralmente requerida* (ou praticamente necessária) se ela for verdadeira em todos os mundos de uma base modal deôntica que são “melhores” do que os mundos nos quais  $p$  é verdadeira.

## 11.2 Uma lógica de preferências

Nesse ponto, Silk sugere que a atitude prática da “preferência fraca” (“preferir  $X$  tanto quanto ou mais do que  $Y$ ”) seja vista como o estado mental conativo representado, na semântica formal, pela ordenação dos mundos deonticamente possíveis da base modal. Silk vê aqui uma base promissora para uma explicação expressivista do significado da linguagem normativa (SILK, 2015, p. 60). Ao invés de associar, como fazia o expressivista tradicional, sentenças morais às atitudes intuitivamente expressas por elas (“aprovação,” “desaprovação,” “tolerância”) tendo em vista a construção de uma teoria semântica, Silk baseia sua semântica na correlação entre as ordenações envolvidas na análise dos termos morais, por um lado, e as preferências fracas, por outro. A vantagem principal dessa estratégia alternativa é que as explicações (já bem estabelecidas na psicologia das preferências e na teoria da decisão) das relações de coerência e incoerência entre preferências podem ser invocadas para caracterizar as relações lógicas das sentenças analisáveis em termos de ordenações.

Assim, se definirmos “os melhores mundos relativamente a uma ordenação parcial  $\lesssim_A$ ” como “os mundos da base modal deôntica que se aproximam ao máximo do ideal  $A$  envolvido na ordenação parcial em questão,” podemos caracterizar as relações lógicas de inconsistência e

implicação lógica entre sentenças puramente morais inicialmente em termos de relações entre conjuntos de melhores mundos:

- Uma sentença puramente moral  $p$  é inconsistente com uma sentença puramente moral  $q$  se e somente se a interseção do conjunto de todos os melhores mundos possíveis relativos à ordenação associada a  $p$  com o conjunto de todos os melhores mundos possíveis relativos à ordenação associada a  $q$  for o conjunto vazio.
- Uma sentença puramente moral  $p$  acarreta (*entails*) uma sentença puramente moral  $q$  se e somente se o conjunto de todos os melhores mundos possíveis relativos à ordenação associada a  $p$  for um subconjunto do conjunto de todos os melhores mundos possíveis relativos à ordenação associada a  $q$ .

A derivação de uma lógica de preferências como alternativa à lógica de atitudes típica do expressivismo tradicional (seção 5) explora a interpretação da preferência fraca como a atitude básica representada pela ordenação parcial dos mundos na base modal:

*A* requires  $\phi$  iff all *A*'s most weakly preferred alternatives are  $\phi$ -worlds; *A* permits  $\phi$  iff some of *A*'s most weakly preferred alternatives are  $\phi$ -worlds; *A* merely permits  $\phi$  iff some but not all of *A*'s most weakly preferred alternatives are  $\phi$ -worlds; and *A* forbids  $\phi$  iff all of *A*'s most weakly preferred alternatives are  $\neg\phi$ -worlds." (SILK, 2014, p. 62)

[A expressão "A's most weakly preferred alternatives" designa os melhores mundos relativos à ordenação  $\lesssim_A$ , como eles foram definidos acima.]

### 11.3 *Dois explananda: atitudes expressas e propriedades lógicas de sentenças morais*

Schroeder afirmou no que talvez seja a investigação mais sistemática do programa semântico do expressivismo: "no expressivist view ... offered in the last twenty years ... offers an actual account of the mental state expressed by any logically complex sentence" (SCHROEDER 2008a, p. 9). Essa seria a razão mais profunda pela qual o expressivismo falha inevitavelmente ao tentar resolver os problemas gerados pela incorporação (*embedding*) de termos morais em contextos mais complexos do que a simples atribuição de propriedades morais a tipos de ação.

Em um sentido importante, a proposta inovadora de Silk tem como alvo a objeção de princípio levantada por Schroeder. Ela mostra (ou almeja mostrar) que o expressivista pode recorrer à atitude básica da preferência

fraca que corresponde à ordenação envolvida na análise lógica dos termos morais para explicar (i) o estado mental intuitivamente expresso por uma sentença moral qualquer e, paralelamente, (ii) as propriedades lógicas dessas sentenças. Mais concretamente, ao deslocar as atitudes expressas para a posição de um dos *explananda*, colocando no seu lugar original a atitude básica da preferência, Silk oferece uma solução detalhada ao problema Frege-Geach:

... given a normative term '*N*' and preorder  $\lesssim$  that figures in the interpretation of '*N*'-sentences:

1. Interpret  $\lesssim$  as some suitable practical attitude.
2. Use of the logic of this basic attitude to capture the semantic properties of '*N*'-sentences.
3. Define any other attitudes intuitively expressed by '*N*'-sentences in terms of the basic attitude corresponding to  $\lesssim$ . (SILK 2015, p. 59)

## 12 Questões abertas

As últimas seções fornecem algo assim como um menu de opções ou pontos de partida para o desenvolvimento informado do ponto de vista expressivista na ética – um desenvolvimento disposto a superar as dificuldades com que se confrontam as versões mais “ortodoxas” do expressivismo. Como um produto da orientação não-cognitivist na ética, o expressivismo enfrenta o problema de explicar o papel aparentemente cognitivo desempenhado por sentenças morais em contextos mais complexos que o da simples atribuição de propriedades morais a tipos de ação. A dificuldade, como parcialmente comentada nas seções 6 a 8, consiste em formular uma teoria semântica que nos diga qual é o estado mental conativo supostamente expresso por sentenças complexas compostas mediante o uso dos conectivos da lógica proposicional, dos quantificadores, operadores modais, indicadores de tempo (*tense*), operadores que criam contextos intensionais etc.

A solução para esses problemas talvez possa ser encontrada na perspectiva da transformação metasemântica do expressivismo proposta por Ridge (§9). Talvez, porém, ela exija que ultrapassemos o nível das atitudes expressas para encontrar, em um nível mais fundamental, os elementos com os quais pode ser construída uma explicação satisfatória das relações semânticas vigentes no âmbito da linguagem moral. Se acompanharmos Richard, esses elementos serão os comprometimentos envolvidos nas atitudes expressas (§ 10). Se endossarmos programaticamente o ponto de Silk, eles serão as relações

características da lógica das preferências fracas que constituem as atitudes expressas (§11).

De qualquer forma, mesmo que possam ser vistas como oferecendo abordagens viáveis a alguns problemas relativos à incorporação (*embedding*) de sentenças morais em contextos extensionais verofuncionais, as propostas de Ridge, Richard e Silk não tratam das questões relativas à incorporação de sentenças morais em outros contextos.

Há, portanto, algumas questões abertas no debate mais atual sobre as possibilidades e os limites do expressivismo na ética. Contribuir para o esclarecimento dessas questões é o objetivo de um outro trabalho.

## Referências

- AYER, A. J. *Language, Truth, and Logic*. New York: Dover Publications, 1936.
- BLACKBURN, S. *Spreading the Word*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Essays in Quasi-Realism*. Oxford University Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Ruling Passions: A Theory of Practical Reasoning*. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- BLOOME-TILLMAN, M. "Non-Cognitivism and the Grammar of Morality". *Proceedings of the Aristotelian Society*, 109(1) (2000), p. 279-309.
- BRADY, M. *New Waves in Metaethics*. New York: Palgrave-Macmillan, 2011.
- BURGESS, A.; SHERMAN, B. (Orgs.). *Metasemantics: New Essays on the Foundations of Meaning*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- CHRISMAN, M. "Expressivism, Inferentialism, and Saving the Debate". *Philosophy and Phenomenological Research*, 77 (2008), p. 334-358.
- \_\_\_\_\_. "Expressivism, Inferentialism, and the Theory of Meaning". In: BRADY, M. *New Waves in Metaethics*. New York: Palgrave-Macmillan, 2011, p. 103-125.
- \_\_\_\_\_. "Attitudinal Expressivism and Logical Pragmatism in Metaethics". In: HUBS, G.; LIND, D. (Orgs.). *Pragmatism, Law, and Language*. New York: Routledge, 2014, p. 117-135.
- DAVIS, W. *Meaning, Expression, and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Nondescriptive Meaning and Reference*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- DREIER, J. "Expressivist Embeddings". *Philosophical Studies*, 83 (1996), p. 29-51.
- \_\_\_\_\_. "Negation for Expressivists: A Collection of Problems with a Suggestion for their Solution". *Oxford Studies in Metaethics*, 1 (2006), p. 217-235.
- EIKMEYER, H.; RIESER, H. (Orgs.). *Words, Worlds, and Contexts*. Berlin: de Gruyter, 1981.
- GEACH, P. "Assertion". *Philosophical Review*, 71 (1965), p. 423-432.
- GIBBARD, A. *Wise Choices, Apt Feelings*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Thinking How to Live*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

- GROSS, S.; TEBBEN, N.; WILLIAMS, M. (Orgs.). *Meaning Without Representation: Essays on Truth, Expression, Normativity, and Naturalism*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- HALDANE, J.; WRIGHT, C. (Orgs.). *Reality, Representation and Projection*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- HALE, B. "On the Logic of Attitudes". In: HALDANE, J.; WRIGHT, C. (Orgs.). *Reality, Representation and Projection*. Oxford: Oxford University Press, 1993, p. 337-363.
- HUBS, G.; LIND, D. (Orgs.). *Pragmatism, Law, and Language*. New York: Routledge, 2014.
- KALDERON, M. E. *Moral Fictionalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- KRATZER, A. "What 'must' and 'can' must and can mean". *Linguistics and Philosophy*, 1 (1977), p. 337-355.
- \_\_\_\_\_. "The Notional Category of Modality". In: EIKMEYER, H.; RIESER, H. (Orgs.). *Words, Worlds, and Contexts*. Berlin: de Gruyter, 1981, p. 38-74
- \_\_\_\_\_. "Modality". In: STECHOW, A.; WUNDERLICH, D. (Orgs.). *Handbuch Semantik/ Handbook Semantics*. Berlin: de Gruyter, 1991, p. 639-650.
- MACKIE, J. L. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. London: Penguin Books, 1977.
- MENDONÇA, W. "Ascriptions of Responsibility: The Expressivist View". In: COITINHO, D.; HOBUSS, J. (Orgs.). *Sobre Responsabilidade*. Pelotas: NEPFIL online, 2014a, p. 257-275.
- \_\_\_\_\_. "Questões Metaéticas". In: TORRES, J. C. B. (Org.). *Manual de Ética: Questões de Ética Teórica e Aplicada*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014b, p. 153-173.
- MOORE, G. E. *Principia Ethica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1903.
- PÉREZ CARBALLO, A. "Semantic Hermeneutics". In: BURGESS, A.; SHERMAN, B. (Orgs.). *Metasemantics: New Essays on the Foundations of Meaning*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 119-146.
- RICHARD, M. *When Truth Gives Out*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- \_\_\_\_\_. "What Would an Expressivist Semantics Be?". In: GROSS, S.; TEBBEN, N.; WILLIAMS, M. (Orgs.). *Meaning Without Representation: Essays on Truth, Expression, Normativity, and Naturalism*. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 137-159.
- RIDGE, M. "Ecumenical Expressivism: Finessing Frege". *Ethics*, 116 (1998), p. 302-336.
- \_\_\_\_\_. "Moral Assertion for Expressivists". *Philosophical Issues*, 19 (2009), p. 182-204.
- \_\_\_\_\_. *Impassioned Belief*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- SCHROEDER, M. *Being For: Evaluating the Semantic Program of Expressivism*. Oxford University Press, 2008a.
- \_\_\_\_\_. "What is the Frege-Geach Problem?" *Philosophy Compass*, 3(4) (2008b), p. 703-720.
- \_\_\_\_\_. *Noncognitivism in Ethics*. London: Routledge, 2010.
- \_\_\_\_\_. "Attitudes and Epistemics". Unpublished Manuscript. University of Southern California, 2011.

SILK, A. "How to Be an Ethical Expressivist". *Philosophy and Phenomenological Research*, 91 (2015), p. 47-81.

SINCLAIR, N. "Recent work in expressivism". *Analysis*, 69 (2009), p. 136-147.

\_\_\_\_\_. "Moral Expressivism and Sentential Negation". *Philosophical Studies*, 152(3) (2011), p. 385-411.

STECHOW, A.; WUNDERLICH, D. (Orgs.). *Handbuch Semantik/Handbook Semantics*. Berlin: de Gruyter, 1991.

UNWIN, N. "Quasi-Realism, Negation, and the Frege-Geach Problem". *The Philosophical Quarterly*, 49 (1999), p. 337-352.

\_\_\_\_\_. "Norms and Negation: A Problem for Gibbard's Logic". *The Philosophical Quarterly*, 51 (2001), p. 60-75.

**Endereço postal:**

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais  
Departamento de Filosofia  
Largo de São Francisco de Paula 1  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Data de recebimento: 29/02/2016

Data de aceite: 03/02/2016